



## Relativização na escrita jurídica

### Relativity in legal writing

Márluce Coan<sup>1</sup>

Ana Paula Lima Carvalho<sup>2</sup>

**RESUMO:** Neste artigo, tratamos da variação linguística na codificação da relativização em Português. Elegemos como variável dependente as **relativas em variação x forma padrão [preposição + relativo]**. Consideramos como formas em variação tanto a relativa com pronome cópia, a cortadora e os usos de *onde* com valores diferentes do prescrito na gramática normativa, qual seja, *locativo espacial*. Deu suporte teórico ao estudo a Teoria da Variação e da Mudança (LABOV, 1972). Analisamos 40 textos da escrita jurídica, os quais tinham entre 5 e 15 páginas, selecionados pelos seguintes critérios: tipo de ação, idade e sexo dos(as) advogados(as). Dos textos, obtivemos 64 dados, dos quais 34,4% referem-se à ocorrência de orações relativas não padrão e 65,6% às formas prescritas pela gramática normativa. Como fatores de natureza linguística, controlamos a função sintática da oração relativa, sua posição no período, bem como a presença ou a ausência de material interveniente na sentença. Constatamos que, embora as formas ditas padrão ainda predominem na escrita monitorada, já se verifica uma frequência significativa de registros que contrariam os compêndios gramaticais, o que pode apontar para uma mudança linguística em processo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Variação. Mudança. Relativização.

**ABSTRACT:** In this article, we discuss the linguistic variation in the coding of relativity in the Portuguese language. The theory of Variation and Change (Labov, 1972) provided the basis for this study. We analyzed 40 texts of legal writing, which contained between 5 and 15 pages, selected by the following criteria: type of activity, age and gender of the lawyers. We obtained 64 pieces of information, of which 34.4% refers to the occurrence of non-standard relative clauses and 65.6% to the forms prescribed by the normative grammar. As aspects of linguistic basis, we controlled the syntactic function of the relative clause, its position in the sentence as well as the presence or absence of intervening material in the sentence. We noted that although the forms considered standard still remain in monitored writing, it is now possible to notice a significant frequency of forms that go against grammatical textbooks, what can point to a linguistic change in progress.

**KEYWORDS:** Variation. Change. Relativity.

---

1 Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina; professora do Departamento de Letras Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará – UFC; bolsista de Produtividade em Pesquisa – CNPq; coordenadora dos Grupos de Pesquisa SOCIOLIN-CE e SOCIOLIN-LE.  
2 Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Piauí; Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (PPGL/UFC); Professora do Instituto Federal do Piauí - IFPI; membro do grupo PROTEXTO.



## INTRODUÇÃO

Todas as línguas naturais mudam, evoluem. E é exatamente esse dinamismo inerente, admitido como fenômeno universal, que constitui um dos temas de interesse da Sociolinguística, área da Linguística voltada para compreender a correlação entre aspectos linguísticos e sociais. A pesquisa sociolinguística situa-se, assim, no limite entre a língua e a sociedade, pautando-se em usos concretos, sobretudo aqueles que encenam a heterogeneidade linguística.

Neste artigo, focalizamos as estratégias de relativização no âmbito da escrita monitorada, procurando estabelecer relação entre as formas variantes e seus (possíveis) condicionamentos linguísticos e/ou sociais. Sobre esse fenômeno, Tarallo (1983) aponta a significativa frequência da variante cortadora em dados produzidos por falantes classificados como cultos, o que indica tratar-se de um fenômeno em processo de mudança na língua. Assumimos, por hipótese geral, que, embora os estudos apontem as formas não-padrão para as estruturas relativas (cortadora e, em menor frequência, a copiadora) como mais frequentes na fala, esses usos já têm considerável frequência mesmo em dados de escrita monitorada, representada, neste estudo, pelos textos de natureza jurídica, *corpus* ainda não contemplado em pesquisas para a análise desse fenômeno.

Pautamos nossas reflexões na Sociolinguística laboviana, a qual toma como princípio de análise o *quantum* com que cada grupo de fator elencado favorece (ou não) a realização de uma ou de outra forma das variantes em competição. E, como no uso concreto da língua, todos os fatores se conjugam, a realização de uma variável é, inevitavelmente, o efeito da atuação simultânea de vários fatores.

Distribuimos a exposição de nossa pesquisa em três seções: a primeira se concentra na definição das noções fundamentais para esta proposta – variação, mudança, relativização; a segunda apresenta os procedimentos metodológicos: *corpus*, grupos de fatores e análise estatística; e a terceira refere-se às articulações entre as postulações teóricas e os resultados estatísticos.

## 1. QUADRO TEÓRICO: PONTOS *EM QUE* SITUAMOS O ESTUDO

Os estudos de natureza sociolinguística pressupõem a existência de formas alternativas, denominadas variantes. Essas formas referem-se, pois, a um fenômeno variável,

a que se chama variável dependente. A relativização, por exemplo, é uma variável linguística (um fenômeno variável), uma vez que se realiza através de variantes, a saber: a que se reconhece como padrão, por seguir a norma prescrita pela gramática normativa; a copiadora ou relativa com pronome lembrete; e a forma cortadora, restrita aos casos nos quais o sintagma relativizado deveria, pela norma, ser preposicionado, mas apresenta sua preposição cortada (TARALLO, 1983).

Uma variável é dita dependente porque seus usos não se dão aleatoriamente, mas relacionados a um grupo de fatores de natureza linguística e/ou social. Esses fatores (internos ou externos à língua) podem exercer pressão sobre os usos e interferir na frequência de ocorrência do fenômeno variável. As formas alternativas podem conviver sistematicamente ou pode ocorrer o desaparecimento de alguma(s) dela(s), o que configura o fenômeno de mudança linguística. Cabe, então, à Sociolinguística, investigar a estabilidade ou a mutabilidade das formas em variação, elencando os grupos de fatores que influenciam/condicionam os usos alternativos e descrever seu comportamento regular e sistemático.

### 1.1. A SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA OU LABOVIANA

Rompendo com o principal pressuposto linguístico assumido até a década de 1960, qual seja, o de que a língua constitui um sistema estável e homogêneo, Willian Labov postulou que a língua apresenta variação em todos os níveis. Evidentemente, isso não significa que até Labov os linguistas ignoravam a existência de formas variantes. Destacavam-se duas explicações dadas a fenômenos em variação: formas variantes eram vistas como partes constituintes de sistemas diferenciados que coexistiam na mesma comunidade ou como alternativas, cuja escolha se dava de forma livre e imprevisível.

A primeira explicação, isto é, a de sistemas coexistentes afirmava que os falantes dispunham de mais de um código, entre os quais optavam, de acordo com as necessidades comunicativas. Segundo essa perspectiva, formas variantes pertenciam a sistemas diferentes e, portanto, não poderiam co-ocorrer. A essa explicação, confrontou-se o fato de que comumente as formas variantes se apresentam em uma mesma situação comunicativa, o que levou à conclusão de que existe, sim, um sistema único que comporta formas variantes. A segunda explicação, segundo a qual as variações eram flutuações casuais, foi contestada por estudos variacionistas empreendidos na década de 1960, os quais demonstraram amplamente que a

variação linguística se dá de forma sistemática, regular, conforme padrões, não sendo, pois, fortuita, aleatória (LABOV, 1972).

A partir desses primeiros estudos de caráter variacionista, a Sociolinguística afirmou, como princípio básico, que a língua é, na verdade, uma estrutura heterogênea e variável, sincrônica e diacronicamente. A variação, por sua vez, foi definida como sistemática, dada em razão de restrições linguísticas e extralinguísticas (WEINREICH, LABOV & HERZOG, 1968). A variação também foi apontada como um pré-requisito para que a mudança linguística aconteça.

A Sociolinguística variacionista toma como objeto, portanto, a língua utilizada por uma comunidade de fala, focalizando posições e tipos sociais, fundamentando-se no pressuposto de que tanto a variação quanto a mudança não se dão em idioleto. Em outros termos, as mudanças nas regras da língua se dão por força da interação social de um conjunto de indivíduos. Assim, as observações extraídas de uma dada amostra representativa dos falantes permitem que sejam feitas inferências acerca da comunidade como um todo. Para a Sociolinguística variacionista, o indivíduo “é um ser estratificado de acordo com propriedades supra-individuais (idade, classe social etc.) e, devidamente categorizado de acordo com tais propriedades, é somado aos demais indivíduos para que se chegue ao retrato da comunidade de fala” (TAVARES, 2003, p. 82).

Importa, entretanto, destacar que a Sociolinguística variacionista não se configura uma teoria da fala, tampouco o estudo do uso da língua com o propósito único de descrevê-la; antes, trata-se de um estudo voltado a verificar o que o uso da língua revela sobre a estrutura linguística (FIGUEROA, 1996). Interessa, então, estudar uma variação explicável sistematicamente, ou seja, os modos alternativos de dizer a mesma coisa. Conforme Labov (1978), dois enunciados que se referem ao mesmo estado de coisas com o mesmo valor de verdade constituem-se como variantes de uma mesma regra variável. Nessa perspectiva, são características de uma variável linguística: ter ocorrência frequente, ser estruturalmente integrada num sistema de unidades em funcionamento e ser estratificada (LABOV, 1972). Destacamos que o último aspecto referiu-se aos fenômenos de fonologia.

Ampliando o escopo da regra variável, Weiner & Labov (1977) estudaram a variação além dos limites da fonologia. A partir daí, a Sociolinguística estendeu seus níveis de análise. Nesse percurso, os estudos apontaram que nem sempre os fenômenos se revelam sensíveis a condicionamentos sociais. Apesar disso, tem-se mantido a vitalidade da abordagem laboviana, na medida em que ainda se busca a sistematicidade da variação, sua quantificação em relação às variáveis internas e externas ao sistema, com vistas a traçar os caminhos pelos quais a

língua evolui, por assim dizer. E, quanto à influência dos fatores de ordem social, destaca-se que, mesmo que estes não exerçam pressão para a que se configure o fenômeno da variável em estudo, é preciso considerá-los. Para afirmar que são ou não condicionantes, tem-se que considerá-los nas análises.

Em linhas gerais, quando formas se revelam equivalentes quanto ao significado representacional, em dado contexto, a tendência da língua é que uma delas passe a ser mais utilizada por força de condicionamentos linguísticos e/ou sociais. Entretanto, é possível que a forma que perdeu a disputa mude de categoria ou mesmo de significado, ao invés de tornar-se arcaica ou desaparecer.

## 1.2. A RELATIVIZAÇÃO EM PORTUGUÊS

O primeiro trabalho acerca das relativas não-padrão no Português brasileiro (PB) foi desenvolvido por Mollica (1977). Posteriormente, Tarallo (1983) tornou-se referência obrigatória para o estudo da oração relativa no PB e nas demais variedades do português. Seu trabalho tem inspirado outros sobre as estratégias de relativização, como os de Longo (1994), Kato (1996) e Kato, Braga et alii (1996), nos quais, ou se desenvolveram aspectos pouco explorados por Tarallo (1983), ou se propuseram análises diferentes para o sistema de relativização do PB. Destacamos, entretanto, que alguns dos estudos que sucederam o de Tarallo (1983), assim como o próprio, abrigam-se no paradigma gerativo, como o de Longo, Souza e Michelin (1994). Na perspectiva da Sociolinguística Laboviana, mencionamos o trabalho de Melo (2010). Seguindo outra filiação teórica, destacamos o trabalho de Camacho (2013), que propõe uma interpretação discursivo-funcional para as construções relativas nas variedades do Português.

Conforme Tarallo (1993), verificam-se, no PB, três tipos de estratégias de relativização: padrão – quando o uso do pronome relativo segue a norma prescrita pela gramática tradicional; a copiadora ou relativa com pronome lembrete – uma forma pronominal co-referente ao sintagma nominal relativizado aparece como lembrete; e a estratégia cortadora, restrita aos casos em que o sintagma relativizado é um termo preposicionado e tem a sua preposição cortada. Seguem como exemplos algumas construções extraídas de nosso *corpus*:

(1) *A situação econômica **de que goza** o ofensor e sua solidez são fatores de extrema relevância para o pertinente ajuste do quantum indenizatório e peso considerável na justiça da sentença.*

(2) *É certo que a autora não realizou o empréstimo no banco promovido, contudo, a presente demanda decorre de **uma relação consumerista**, em que a autora tornou-se vítima **dela**.*

(3) (...) *para que o ofendido, recebendo determinada soma pecuniária, possa amenizar os efeitos decorrentes do ato **que foi vítima**.*

É válido, ainda, ressaltarmos os valores, além do espacial, assumidos pela forma **onde** nas relativizações. Na função de pronome relativo, as Gramáticas Normativas descrevem o ‘onde’ como locativo espacial, pois equivale a ‘lugar em que’. Esse uso goza, portanto, de prestígio social, já que prescrito. Há, entretanto, conforme observamos tanto na oralidade quanto na escrita, inúmeros outros empregos diversos. A esse respeito, Oliveira (1998) defende que os usos de ‘onde’ podem ser explicados por uma lógica de expansão semântica bastante comum, qual seja, a projeção de um domínio sobre outros domínios. Tem-se, pois, que o domínio espacial do ‘onde’ transpõe-se para outras possibilidades: locativo temporal, locativo abstrato e locativo relativo, exemplificados, respectivamente, a seguir com dados de nosso *corpus*:

(4) *De lá para cá mais de dois meses já foram ultrapassados, **onde** o proprietário da demandante vem perdendo o seu sono com tamanho problema, pois a sua microempresa labora diariamente com aquele maquinário.*

Conforme a autora, o uso temporal de ‘onde’ configura-se um fenômeno natural das línguas. Nesse caso, o ‘onde’ projeta o tempo espacialmente. No exemplo apresentado, o ‘onde’ recupera um momento no tempo concebido como uma espacialidade, ‘mais de dois meses’. Essa afirmação pode ser corroborada pelas formas ‘lá’ e ‘cá’, ambas espaciais, que efetuam a demarcação de pontos temporais: o momento em que a ação foi instaurada (passado) e o momento presente. Entre esses dois ‘pontos’ no tempo, o sujeito da ação não tem conseguido dormir tranquilamente, em função de seu problema.

(5) *E como o reclamante não sabe ler, fez a reclamada que o autor assinasse uma rescisão de contrato de trabalho **onde** não tinha nada, nem sequer um real a receber a título de verbas rescisórias.*

No exemplo acima, ‘onde’ recupera ‘contrato de trabalho’, que não é propriamente um espaço, nem tempo, mas é concebido como uma localização. Esse uso de ‘onde’, como locativo abstrato, caracteriza-se por retomar um sintagma nominal, moldando-o como um espaço.

(6) *Pois bem, a máquina hidrolavadora configura-se um produto durável, **onde o consumidor tem o direito de reclamar pelos vícios ocultos até um prazo de noventa dias, contados do momento em que ficar evidenciado o problema.***

Para os usos já descritos até aqui, o ‘onde’ evidencia mais facilmente o processo de expansão semântica via projeção, como aponta Oliveira (1998). Em (6), por outro lado, tem-se um uso marginal, pois a propriedade “ser concebido como um lugar” apresenta-se atenuada. Aos usos dessa natureza, a autora chama locativo relativo, uma vez que se verifica maior proximidade com o ‘que’ relativo.

Os diversos usos de ‘onde’ podem, pois, ser explicados pelo processo semântico de projeções. Mas, apesar de explicáveis, (ainda) não são aceitáveis no gênero textual do qual foram extraídos. Eles parecem encenar, no dizer de Oliveira (1998), “imaturidade da escrita”.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Partindo do pressuposto de que uma das principais fontes da escrita monitorada são os textos jurídicos, os dados aqui analisados foram coletados de Petições que não correm em segredo de justiça, portanto, são de domínio público. Foram escritas por advogados de uma cidade situada ao norte do estado do Piauí, têm entre 5 e 15 páginas e foram produzidas entre os anos de 2012 e 2015.

Considerando que a pesquisa assumiu como hipótese que já se encontram, nos textos jurídicos, “desvios” da escrita normatizada pelos manuais, os usos do morfema relativo nas funções sintáticas de sujeito, objeto direto ou predicativo não nos interessavam. Os dados que permitiriam a análise da estratégia cortadora eram aqueles nos quais o morfema relativo

exercia as funções sintáticas de objeto indireto, oblíquo (argumental ou não argumental), adjunto adnominal e complemento nominal ou adjunto adverbial. O outro tipo de dado que se apresentou relevante em função de nosso objetivo é aquele com o morfema *onde*. Assim, as sentenças relativas que não satisfaziam os critérios estabelecidos não foram codificadas, embora constituíssem a maioria das ocorrências de relativização.

Foram selecionados 40 textos, nos quais foram coletados o total de 64 dados, analisados e codificados. Para a formação das células, cada uma composta por 5 textos, elegemos como grupos de fatores: tipo de ação (Juizado Especial ou ações de maior complexidade), admitindo por hipótese que o grau de monitoramento da escrita poderia estar relacionado à natureza da ação a que se refere a Petição; o gênero do(a) advogado(a), hipótese clássica, segundo a qual a ocorrência de certas variantes, especialmente das que envolvem a dicotomia padrão x não-padrão e a efetivação de mudanças linguísticas estejam relacionadas ao gênero do falante, conforme Fischer (1958); a faixa etária dos advogados, parametrizada entre menos de 40 anos e mais de 40 anos, sob a hipótese, também clássica, de que as formas inovadoras apresentam-se mais frequentemente nos usos dos mais jovens. Como fatores de natureza linguística, controlamos a função sintática do relativo (complemento nominal/adjunto adnominal, adjunto adverbial ou objeto indireto), a posição da sentença relativa no período (primeira oração, meio do período ou última oração do período) e a presença ou ausência de material linguístico interveniente entre o relativo e o sintagma relativizado.

A variável dependente foi definida como binária, estando assim codificada: **relativas em variação x forma padrão [preposição + relativo]**. Consideramos como formas em variação tanto a relativa com pronome cópia, a cortadora e os usos de *onde* com valores diferentes do prescrito na gramática normativa, qual seja, *locativo espacial*. Nos dados analisados, encontramos apenas um caso de relativa com pronome cópia<sup>3</sup>. Entretanto, as construções com *onde* somaram um número significativo. Alguns dos casos foram analisados à luz do estudo de Oliveira (1998), conforme já demonstramos anteriormente, o que nos permitiu classificá-los, especialmente, como tendo valor adverbial (tempo e lugar). Os casos classificados como casos marginais de uso do *onde* foram descartados da análise por não se

---

<sup>3</sup> O dado único constituiria um problema para o programa estatístico. Entretanto, é representativo para a análise, uma vez que tratamos de um fenômeno estigmatizado na escrita monitorada. A expectativa primeira era a de que não fosse encontrado nenhum dado dessa natureza. Sua ocorrência sinaliza, no sentido de nossa hipótese, que as estratégias não padrão para a relativização em Português estão atingindo a escrita, mesmo a monitorada. Isso significa que a mudança está já em estágio avançado.

encaixarem entre aqueles que nos interessavam (são usos nos quais o *onde* não parece estar a serviço da relativização)<sup>4</sup>.

Utilizamos o programa GOLDVARB-X para o tratamento estatístico dos dados. O modelo teórico variacionista, bem como o programa estatístico, configuram uma metodologia confiável para o tratamento de fenômenos variáveis nos diversos níveis da língua. Suas limitações são, precisamente, as que afetam o próprio pesquisador, isto é, eleger fatores relevantes, coletar e codificar dados, interpretar os resultados numéricos e analisá-los, estabelecendo uma correlação entre eles e as teorias.

### 3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Obtivemos 64 dados de relativização consideráveis ao nosso estudo. Escolhemos como valor de aplicação da regra para a rodada estatística do GOLDVARB a atuação das relativas não padrão em relação à padrão, por pleitearmos, neste estudo, mostrar que as formas não prescritas nos compêndios gramaticais já se apresentam significativamente mesmo na escrita monitorada, aqui representada pelos textos jurídicos. Ilustram a regra variável os exemplos a seguir:

(7) *O bom nome da microempresa demandante vem sendo abalado na sociedade e sobretudo no mercado profissional **que** atua.*

(8) *Toda a cadeia de fornecedores possui responsabilidade solidária pelos vícios de qualidades ou quantidade que tornem os produtos ou os serviços impróprios ou inadequados ao consumo **a que** se destinam.*

O programa não considerou nenhum dos grupos testados como fator estatisticamente significativo. Isso se deve, provavelmente, à pequena quantidade de dados em relação à quantidade de fatores. Por esse motivo, as tabelas não apresentarão pesos relativos, mas apenas valores percentuais. Passemos, agora, às considerações sobre cada grupo, iniciando pelo referente à posição sintática da relativa:

---

<sup>4</sup> Ex: “Por fim, não restam dúvidas da violação aos direitos trabalhistas do autor, **onde** a reclamada demitiu o reclamante sem motivo justo.”

Tabela 01: Atuação da variável função sintática na codificação das relativas não padrão *versus* a relativa padrão

Fatores	Aplicação / Total	Percentual
Complemento nominal/adjunto adnominal	4/10	40%
Adjunto adverbial	15/40	37,5%
Objeto indireto	3/14	21,4%

O que os resultados estatísticos apontam já havia nos chamado a atenção quando da codificação dos dados: a elevada quantidade de sentenças nas quais as relativas com valor adverbial aparecem como argumento de nome. Vejamos:

*(9) Diante da competência da justificativa do trabalho, requer o Reclamante a devida reparação por danos morais, uma vez que a Reclamada ignorou o Reclamante no momento que ele mais precisava.*

Considerando-se que a posição natural dos advérbios são as margens da sentença, podemos verificar que, da mesma forma que a variação começa pelas margens da sociedade (LABOV, 1994), também a codificação das formas inovadoras começa a se revelar em posições marginais da sentença, isto é, nos espaços menos salientes: os adjuntos. Aplicação e percentual evidenciam que há mais uso da relativa padrão em posição argumental, pois só encontramos três dados de relativa não padrão para o fator objeto indireto.

O segundo grupo de fatores considerado foi a posição da relativa no período, cujos resultados são apresentados na tabela 2.

Tabela 02: Atuação da variável posição no período na codificação das relativas não padrão *versus* a relativa padrão

Fatores	Aplicação / Total	Percentual
Primeira oração	1/2	50%
Meio	17/48	35,4%
Última oração	4/14	28,6%

Percentualmente, o início do período apresenta-se como o contexto mais saliente, ficando o meio como espaço neutro. É justamente nesse “meio” que ocorrem mais as formas não prescritas. Essa análise considera aplicação e total de dados, já que não podemos nos guiar pelos percentuais, tendo em vista a pequena quantidade de dados, por exemplo, há 50% para o fator “primeira oração”, mas só há um dado.

Em relação ao terceiro grupo, presença ou ausência de material interveniente entre a relativização e o sintagma relativizado, obtivemos os seguintes resultados:

Tabela 03: Atuação da variável material interveniente na codificação das relativas não padrão *versus* a relativa padrão

Fatores	Aplicação / Total	Percentual
Presença de material	2/3	66,7%
Ausência de material	20/61	32,8%

Ainda que a presença de material interveniente não tenha se revelado, estatisticamente, um fator que favorece a relativização não padrão, é possível verificar, pela observação dos percentuais, que o produtor do texto tende às formas não padrão em função dos eventuais “obstáculos”, pois estes podem representar maior custo ao processamento da sentença. Parece ser essa uma tendência nos usos linguísticos, embora nossos dados sejam escassos (o que é comum em pesquisas para além da fonologia, principalmente, aquelas a que se impõem restrições diversas, como é o caso aqui: somente são considerados contextos propícios à relativização por preposição + relativo).

O quarto grupo de fatores considerado refere-se à variável etária. Na tabela abaixo, os percentuais sinalizam favoravelmente para a hipótese clássica de que os mais jovens tendem a promover as mudanças. De fato, a predominância das formas inovadoras nos usos linguísticos de pessoas mais jovens pode apontar para a instalação gradual de uma nova variante na língua (PAIVA; DUARTE, 2012, p.179). No caso do fenômeno em tela, podemos presumir que a

frequência de uso das formas hoje ditas não padrão poderá aumentar gradualmente nas próximas gerações, tendo em vista que já extrapolou o âmbito da oralidade e já se faz notar significativamente no contexto da escrita monitorada. O grupo de advogados que compõe a faixa etária 1 (-40 anos) é formado por profissionais bem jovens, isto é, com idades entre 26 e 34 anos, o que é bastante relevante para essa postulação.

Tabela 04: Atuação da variável faixa etária na codificação das relativas não padrão *versus* a relativa padrão

<b>Fatores</b>	<b>Aplicação / Total</b>	<b>Percentual</b>
- 40 anos	18/43	41,9%
+ 40 anos	4/21	19%

Vejamos agora os resultados obtidos para a atuação da variável sexo/gênero. Segue a tabela.

Tabela 05: Atuação da variável sexo/gênero na codificação das relativas não padrão *versus* a relativa padrão

<b>Fatores</b>	<b>Aplicação / Total</b>	<b>Percentual</b>
masculino	14/32	43,8%
feminino	8/32	25%

A primeira vez em que se postulou a correlação entre a variação linguística e o fator gênero/sexo aconteceu no estudo *Influências sociais na escolha de variantes linguísticas*, de Fischer (1958). O autor constatou que as formas mais prestigiadas predominam nos usos das mulheres. Essa afirmação foi corroborada por diversos outros estudos variacionistas acerca de fenômenos de variação em diversos níveis, com padrão bastante regular. Muitos estudos apontaram, na mesma perspectiva, que as mulheres têm maior consciência do *status* social de determinadas formas. Os dados da tabela também apontam nessa direção.

Importa ressaltar, entretanto, que essa não é uma questão tão simples quanto pode parecer a priori. As explicações acerca do efeito dessa variável devem considerar, por exemplo, os traços da organização social das comunidades, assim como as inúmeras transformações pelas quais as sociedades passam ao longo do tempo. As mudanças na organização social, portanto, subjazem ao efeito dessa variável, quando tomada em relação à idade, por exemplo. Em outros termos, a atenuação dos limites entre os comportamentos

linguísticos de homens e mulheres mais jovens sinaliza para uma reconfiguração dos papéis sociais de ambos na sociedade. Isso quer dizer que as mudanças ocorridas na estrutura social podem se revelar também no plano linguístico, seja pela alteração dos padrões de correlação estatística ou mesmo pela anulação do efeito da variável (PAIVA, 2012). Podemos, então, pensar, para estudos futuros, em uma rodada com mais dados que, também contemple a conjunção sexo/idade.

Passemos, por fim, ao último fator controlado, a saber, o tipo de ação a que se refere a Petição. Segue a tabela em que são expostos os resultados da rodada.

Tabela 06: Atuação da variável tipo de ação na codificação das relativas não padrão *versus* a relativa padrão

<b>Fatores</b>	<b>Aplicação / Total</b>	<b>Percentual</b>
Juizado especial	16/52	30,8%
Maior complexidade	6/12	50%

Conforme Bortoni-Ricardo (2005), o grau de atenção e planejamento conferidos pelo usuário da língua se dá em função, dentre outros fatores, à complexidade cognitiva envolvida na produção linguística. Daí nossa hipótese de que, em textos de maior complexidade, neste caso aqueles referentes a ações mais complexas, verificaríamos maior tendência às formas padrão de relativas. Os dados apontam que nem sempre isso acontece, se considerado o percentual, o que pode significar que um fator mais relevante a ser considerado seria, antes, a familiaridade com a tarefa comunicativa a ser desenvolvida. Pode ser o caso, também, de tendência ao equilíbrio cognitivo-discursivo, nos termos do *princípio da expressividade retórica* (DUBOIS e VOTRE, 1994): em contextos mais complexos, mais marcados, há estruturas menos complexas, menos marcadas (menores, mais frequentes), garantindo equilíbrio nas tarefas de codificação.

Em linhas gerais, o que o estudo nos apontou foi:

Tabela 07: Aplicação da regra variável: relativas não padrão *versus* a relativa padrão

<b>Tipos de relativização</b>	<b>Total</b>	<b>Percentual</b>
Não Padrão	22/64	34,4%
Padrão	42/64	65,6%

A aplicação revela incidência da relativa não padrão em textos jurídicos: são 22 casos de 64. Como só há um caso de relativa com pronome lembrete, podemos considerar que esta variante ainda é estigmatizada, restringindo-se à oralidade. A relativa cortadora e a relativa com *onde* não locativo, por outro lado, perderam o estigma e estão ampliando espaços, agora no reino da escrita.

#### CONCLUIR É (IM)PRECISO...

Tratamos, neste artigo, da codificação das formas relativas em Português, considerando a escrita monitorada, representada pelos textos de natureza jurídica. Elegemos, como fatores controlados, variáveis de natureza linguística e social, a fim de não sacrificarmos o componente social da análise.

Nessa perspectiva, embora o programa utilizado não tenha selecionado nenhum grupo de fator como sendo estatisticamente significativo, provavelmente pela pequena quantidade de dados elencados, acreditamos que os valores percentuais evidenciam uma mudança linguística em processo no que se refere à relativização em Português. Isso, aliás, já vem sendo assinalado pelos estudiosos há algum tempo. Merece destaque, quanto à questão, o fato de que, para além da fala, a variação das formas já se faz sentir de modo significativo na escrita monitorada.

Acreditamos, à guisa de conclusão, que essa indicação de mudança linguística deve exercer influência no ensino de língua. Os tipos de dados que encontramos revelam usos linguísticos que se afastam, em muito, daquilo a que os compêndios gramaticais, bem como as aulas (ainda) se limitam. Destacamos, nesse sentido, a significativa incidência de usos do *onde* com valores diversos do de locativo espacial contemplado na norma gramatical. Queremos dizer, com isso, que o ensino de regras e metalinguagem para o bem dizer/escrever não tem dado conta de recobrir as práticas linguísticas reais, concretas, dadas nas diversas práticas sociais nas quais os usuários da língua tomam parte.

## REFERÊNCIAS

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós chegemu na escola, e agora?* São Paulo: Párabola, 2005.

CAMACHO, Roberto Gomes. Construções relativas nas variedades do português: uma interpretação discursivo-funcional. *Filol. linguíst. port.*, São Paulo, 15(1), p. 179-214, Jan./Jun. 2013.

DUBOIS, S.; VOTRE, Sebastião Josué. *Análise modular e princípios subjacentes do funcionamento linguístico: a procura da essência da linguagem*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

FIGUEROA, Esther. *Sociolinguistic Metatheory*. Language & Communication Library, Vol. 14. Oxford: Pergamon, 1996.

FISCHER, J. L. *Social influences on the choice of a linguistic variant*. *Word*, 1958. 14: 47-56  
KATO, Mary Aizawa. Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica. In: ROBERTS, Ian e KATO, Mary Aizawa. *Português brasileiro, uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 223-261.

KATO, Mary Aizawa; BRAGA, Maria Luíza et alii. As construções-Q no português brasileiro falado: perguntas, clivadas e relativas, parte III, p. 303-368, KOCH, Ingedore. (Org.). *Gramática do português falado, vol. VI: desenvolvimentos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press. 1972.

\_\_\_\_\_. *Where does the Linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera*. Sociolinguistic Working Paper, 44. Texas, 1978.

\_\_\_\_\_. *Principles of Linguistic Change* Vol 1: Internal Factors. Vol. 2: Social Factors. Blackwell, Oxford. 1994.

LONGO, Beatriz Nunes Oliveira et alii. A relativização no português culto. *Alfa* 38. 165-180. 1994.

MELO, Elaine Alves Santos. As estratégias de relativização padrão e não padrão no português culto carioca da década de 1990. In: JEL-UERJ, VI, 2010, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

MOLLICA, Maria Cecilia. *Estudo da cópia em relativas em português*. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica. 1977.

OLIVEIRA, Roberta Pires. Os caminhos do 'onde': uma contribuição da semântica ao ensino de língua materna. In: CABRAL, L. G.; GORSKI, E. (org.). *Linguística e ensino: reflexões para a prática pedagógica da língua materna*. Florianópolis: Insular, 1998.



PAIVA, Maria da Conceição de. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (org.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2012.

PAIVA, Maria da Conceição de; DUARTE, Maria Eugênia. L. Mudança linguística: observações no tempo real. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (org.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2012.

TARALLO, Fernando. *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*; University of Pennsylvania, PhD Dissertation, 1983.

\_\_\_\_\_. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, Ian e KATO, Mary A. (orgs). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas, editora da Unicamp, 1993.

TAVARES, Maria Alice. *A gramaticalização de e, daí, e então: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista*. 2003. 307 f. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

WEINER, E. Judith; LABOV, William. Constraints on the agentless passive. *Journal of Linguistics*. 1977 (p.29-58).

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. Empirical Foundations for a Theory of Language Change. In: LEHMANN, W. P.& MACKIED, M. (orgs.). *Directions for Historical Linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968. (p.97-195)

**Data de recebimento: 18/08/2015**

**Data da aprovação: 12/07/2016**